

RUMO À DEMOCRACIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 06.10.1981

A democracia é um regime político que se transformou em valor universal. Por isso não constitui otimismo ingênuo afirmar que, apesar de todas as ameaças autoritárias, as sociedades contemporâneas caminham no sentido de se tornarem democráticas ou de aprofundarem a democracia de que dispõem.

Os acontecimentos dos últimos anos em países tão diversos como o Brasil, a Polônia e a Espanha são uma boa indicação deste fato. A experiência anterior da Alemanha, da Itália e do Japão, que se industrializaram tardiamente sob regimes autoritários para afinal se democratizarem após a Segunda Guerra Mundial, aponta na mesma direção.

O regime autoritário prevalece enquanto a sociedade não tornou-se plenamente capitalista. Enquanto as formas de apropriação do excedente são ainda baseadas em mecanismos de acumulação primitiva, ou seja, baseados na especulação mercantil, nas negociatas e monopólios com o apoio do Estado, na violência contra componentes e trabalhadores. É ainda o caso, na América do Sul, da Bolívia e do Paraguai. É também o caso de países que alcançaram um grau maior desenvolvimento, como a Argentina, o Chile e o Uruguai, mas nos quais a burguesia mercantil e financeira manteve-se dominante, ao mesmo tempo que era desafiada pelos novos setores urbanos de esquerda.

Entretanto, quando essa fase é ultrapassada e a apropriação do excedente passa a ocorrer em termos de troca de valores “equivalentes”, no mercado, ou seja, em termos de troca de mercadoria força de trabalho por salário, abrem-se as perspectivas para a democracia. De um lado porque, a partir desse momento a classe dominante burguesa já não necessita da violência estatal direta para extrair o excedente. De outro, porque os trabalhadores passam a se organizar não apenas sindical, mas também politicamente.

A partir desse momento os trabalhadores e as classes médias tecnoburocráticas passam a ter uma participação ativa na política juntamente com a média e a alta burguesia agora predominantemente industrial (ao invés de mercantil) tornando-se difícil volta à ditadura.

Isto pode acontecer se o capital industrial e a extração do excedente via mais valia não se tornaram ainda dominantes. E se uma crise política põe em risco a hegemonia da burguesia, obrigando-a unir-se. Foi o que aconteceu no Brasil em 1964. Mas, depois disso, e ao contrário do que acontece com a Argentina, o Uruguai e o Chile, o capital industrial assumiu claramente o papel dominante na formação social brasileira.

A burguesia e secundariamente a tecnoburocracia, classes dominantes no capitalismo tecnoburocrático contemporâneo, são geralmente classes heterogêneas, divididas em diversas frações. O Estado democrático é uma forma de arbitragem entre as frações das classes dominantes. Mas, ao contrário do que imaginam os marxistas radicais ou ortodoxos, o Estado contemporâneo não é apenas capaz de produzir uma “democracia burguesa”. A democracia existente nos países capitalistas, ainda que longe do ideal, é o resultado de lutas populares decisivas. Esquecê-las ou não lhes dar valor é uma contradição da esquerda radical.

No Brasil, por exemplo, o processo de redemocratização em curso teria sido muito mais lento se não fossem as duas derrotas eleitorais que o partido do governo sofreu nas eleições majoritárias de 1974 e 1978.

Recentemente, quando o vice-presidente Aureliano Chaves assumiu a presidência da República diante do impedimento provisório do Presidente, houve muita gente que se surpreendeu. Foram os mesmos que se amedrontaram com a demissão do General Golberi, e que estão sempre acreditando que os militares são todo poderosos e necessariamente autoritários.

Nada disso é verdade, felizmente. A democracia é um valor universal que não interessa apenas às elites burguesas industriais como instrumento de legitimação do seu poder, mas interessa também aos trabalhadores. (06/10)